



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ADRIANA CAROLINE DA SILVA SIQUEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR**

BELÉM

2024

ADRIANA CAROLINE DA SILVA SIQUEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado a Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade Federal do Pará - UFPA como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Telma do Socorro Silva Sobrinho.

BELÉM

2024

A Deus detentor de todo poder e conhecedor de toda ciência, aos meus pais que muito me apoiaram e me incentivaram nessa caminhada e as minhas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me dado muita saúde e força para superar todas as dificuldades e que permitiu que tudo isso acontecesse, não somente nesses anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre em que alguém pode confiar.

Aos meus pais, pelo incentivo, amor, compreensão, apoio incondicional.

As minhas irmãs, duas pessoas que considero bastante que em momento algum deixaram de me dar apoio.

A minha professora e orientadora Telma Sobrinho.

A todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades."

Paulo Freire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração A – Tirinha retratando a visão de uma criança sobre o bibliotecário tradicional	17
Ilustração B – Deficientes no Brasil de acordo com o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	26
Ilustração C - Distribuição do percentual de tipos de deficiência	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre os perfis e as atitudes dos tradicionais e dos modernos profissionais da informação 18

RESUMO

Aborda a importância da Educação Inclusiva, como componente curricular, para o Curso de Biblioteconomia, que venha a formar bibliotecários com conhecimentos teóricos e vivências práticas, capazes de reforçar a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças, sejam elas físicas, raciais, culturais. O objetivo principal do estudo em questão é analisar os currículos de três Universidades Federais da Região Norte - Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que oferecem o curso de Biblioteconomia de forma presencial, para identificar se há um currículo alinhado aos objetivos, características e resoluções de um ensinar e aprender, coeso as qualificações e ressignificações da Educação inclusiva, que pode subsidiar uma formação de qualidade do acadêmico com ou sem deficiência, comprometida com a inclusão e o respeito às diversidades. Quanto à leitura dos dados, foi realizado um estudo de abordagem qualitativa. Como resultado, após a análise dos conteúdos curriculares da UFPA, UFAM e UNIR. Se conclui que é possível observar que a Educação inclusiva ainda é pouco trabalhada, principalmente como componente curricular obrigatório do curso de biblioteconomia.

Palavras-chave: Currículo. Educação Inclusiva. Universidades Federais. Região Norte. Análise.

ABSTRACT

Addresses the importance of Inclusive Education, as a curricular component, for the Library Science Course, which will train librarians with theoretical knowledge and practical experiences, capable of reinforcing equal opportunities and the appreciation of differences, whether physical, racial, cultural. The main objective of the study in question is to analyze the curricula of three Federal Universities in the North Region - Federal University of Pará (UFPA), Federal University of Amazonas (UFAM) and Federal University of Rondônia (UNIR) that offer the Librarianship course in a face-to-face, to identify whether there is a curriculum aligned with the objectives, characteristics and resolutions of teaching and learning, cohesive with the qualifications and resignifications of inclusive education, which can support quality training for academics with or without disabilities committed to inclusion and respect to diversities. As for reading the data, a qualitative study was carried out. As a result, after analyzing the curricula of UFPA, UFAM and UNIR, it was possible to observe that inclusive education is still little worked on, mainly as a mandatory curricular component of the library science course.

Keywords: Curriculum. Inclusive education. Federal Universities. North region. Analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	13
2.1	Tipo de pesquisa	13
2.2	Fases e execuções	14
2.2.3	Critérios para inclusão e exclusão	15
2.2.4	Coleta de dados	15
3	A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E AS MUDANÇAS NO CURRÍCULO ACADÊMICO	17
4	CURRÍCULO	23
5	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
5.1	A historicidade da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência	29
5.2	Primeiros passos rumo a inclusão escolar da pessoa com deficiências	31
5.3	principais encontros internacionais sobre a inclusão da pessoa com deficiência	32
5.4	A educação inclusiva no brasil – histórico cronológico	33
5.5	A inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior	35
6	LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	37
6.1	Legislação acerca de políticas públicas para PcD no ensino superior	39
7	O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	40
8	A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS BIBLIOTECÁRIOS	43
9	ANALISE DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DE TRÊS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO NORTE	47
9.1	Conteúdo curricular do curso de biblioteconomia da universidade federal do Pará (UFPA)	47
9.2	Conteúdo curricular do curso de biblioteconomia da universidade federal do Amazonas (UFAM)	49

9.3 Conteúdo curricular do curso de biblioteconomia da universidade federal do Rondônia (UNIR)	50
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
ANEXO A - Quadro das disciplinas obrigatórias da universidade federal do Pará (UFPA) em vigência no ano de 2024	61
ANEXO B - Quadro das disciplinas optativas da universidade federal do Pará (UFPA) em vigência no ano de 2024	62
ANEXO C - Quadro das disciplinas obrigatórias da universidade federal do Pará (UFPA) conteúdo curricular que ainda será implementada no curso	64
ANEXO D - Quadro das disciplinas optativas da universidade federal do Pará (UFPA) conteúdo curricular que ainda será implementada no curso	65
ANEXO E - Quadro das disciplinas obrigatórias da universidade federal do Amazonas (UFAM)	67
ANEXO F - Quadro das disciplinas optativas da universidade federal do Amazonas (UFAM)	68
ANEXO G - Quadro das disciplinas obrigatórias universidade federal de Rondônia (UNIR)	69
ANEXO H - Quadro das disciplinas optativas universidade federal de Rondônia (UNIR)	71

1 INTRODUÇÃO

O Presente estudo trabalha sobre a ótica curricular da Educação Superior, sobretudo, versado na Educação Inclusiva no curso de Biblioteconomia, como um dos componentes curriculares aderentes a um aprender mais democrático e diverso, da mesma forma, mais flexível e acessível às pessoas com deficiência (PcD) que, tem um direito público, dentro de propostas da inclusão tende a oferecer um ensino superior igualitário.

Em uma lógica significativa, para haver equivalência no ensino de qualquer curso acadêmico de Instituições de Ensino Superior é preciso que em suas diretrizes, o currículo, construa aparatos pedagógicos acessíveis a todos os candidatos, independentemente, de suas habilidades físicas o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na observância da formação acadêmico-profissional, o currículo e a Educação Inclusiva precisam estabelecer orientações, conforme, a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2001, que consolidou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Superior no Brasil, que fixa que o ensino tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2023).

Para isso, torna-se necessário que o currículo, aqui, nesta pesquisa, dos Cursos de Ensino Superior, especificamente, do Curso de biblioteconomia, em uma base prática da pedagogia, como um guia de todo processo educacional determine caminhos a serem estudados pelos acadêmicos com ou sem deficiência, na intenção, de uma formação plena. Sobretudo, estabelecendo conhecimentos e competências que os qualifiquem para entrar no mercado de trabalho.

Como estudante de biblioteconomia e formada em letras surgiu as indagações que posteriormente influenciaram na questão de pesquisa do trabalho, a fim de identificar se a Educação Inclusiva estava presente no Currículo do Curso de Biblioteconomia e se a falta de disciplinas que trabalhem a inclusão no curso poderia afetar o profissional em seu futuro ambiente de trabalho devido ao despreparo para lidar com o PcD.

Assim, no intuito de demonstrar como os cursos de biblioteconomia trabalham tal temática, chegou-se à questão norteadora deste estudo: O currículo dos três

cursos de Biblioteconomia presenciais de Universidades Federais da Região Norte, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), possuem um currículo com os componentes da Educação Inclusiva?

Esta questão de pesquisa leva ao objetivo geral, como sendo o de analisar os currículos dos três cursos de Biblioteconomia presenciais de universidades federais da Região Norte, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a fim de identificar se eles possuem um currículo com os componentes da Educação Inclusiva.

Para atingir tal objetivo, a pesquisa se desenvolverá como base nos seguintes objetivos específicos: a) Analisar se as disciplinas da Educação Inclusiva estão presentes no Currículo do Curso de Biblioteconomia, da UFPA, UFAM, UNIR; b) Verificar se a falta de disciplinas que trabalhem a inclusão no curso de biblioteconomia poderá afetar o profissional em seu futuro ambiente de trabalho devido ao despreparo para lidar com pessoas com deficiência; c) Colaborar com pesquisas que voltem o olhar para a formação do bibliotecário moderno.

Com isso se pretende tentar contribuir para a efetivação do direito de todos a uma educação de qualidade e inclusiva, e assim, contribuir para uma visão mais abrangente do sistema educacional, visando formar bibliotecários preparados para lidar com diferenciados públicos, trabalhando para extinguir as barreiras sociais, as quais marginalizam aqueles tidos como “diferentes” fora dos padrões impostos pela sociedade, fazendo com que, por meio de disciplinas sobre a educação inclusiva os discentes, depois de formados e já no mundo do trabalho possam saber como atender seus usuários com o discernimento de cada indivíduo.

É importante ressaltar, “os cursos de graduação estão buscando, por meio de novas propostas curriculares, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar que possa dar conta de uma realidade heterogênea, em um tempo de rápidas, constantes e profundas mudanças, com um aparato tecnológico constantemente em aperfeiçoamento e com usuários cada vez mais exigentes” (ABECIN, 2002, p.11).

Daí a importância de se discutir essa temática na academia de Biblioteconomia da UFPA para que discentes e docentes possam interferir e agir de forma efetiva na produção e legitimação de um currículo que venha atender as novas demandas, constituída por uma multiplicidade de fontes de conhecimentos, de

especialidades, de experiências, principalmente, conectadas aos objetivos, característicos e resoluções da Educação inclusiva.

2 METODOLOGIA

O sistema educacional brasileiro incluindo as Universidades possuem alunos com deficiência – PcD e necessidades especiais - PNE. De acordo com a ASPEC Brasil (2023), temos a definição de PcD e PNE:

Pessoas com deficiência - Pcd. São aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (ASPEC, 2023)

E para PNE, a ASPEC (2023) define como:

Portador de Necessidades Especiais – PNE. Aqui a definição também é global e vem da Organização Mundial de Saúde – OMS, que assim define o PNE: “indivíduo que possui algum tipo de impedimento, deficiência, dificuldade ou incapacidade de realizar determinada ação sem o auxílio de algo ou algum instrumento facilitador”. (ASPEC, 2023)

É possível dizer que poderá haver também alunos no curso de biblioteconomia PcD ou PNE, aos quais, precisam, se sentir incluídos na dinâmica educacional durante o período do curso, posto que, para se trabalhar com pessoas com deficiência é necessário saber identificar de forma básica a sua necessidade.

Com base nas definições de PcD e PNE acima discutidas, destaco que no trabalho em questão será usado o termo PcD, uma vez que, de acordo com a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é o termo correto para se trabalhar a temática, visando não inferir nos direitos das pessoas e evitando qualquer tipo de constrangimento e preconceito por uso indevido do termo. Vale ressaltar que os estudos de Paulo Freire, Vigotski, Madrugá, Sasaki, entre outros, possuem pontos em comum e que conseqüentemente tornam-se indispensáveis para o respaldo científico que legitimam esta pesquisa.

2.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo de característica básica qualitativa que segundo esta perspectiva, que considera vários pontos de vistas que são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno estudado.

Para Franco e Dantas (2017, p. xx), na pesquisa qualitativa, “a realidade é verbalizada. Os dados recebem tratamento interpretativo, com interferência maior da subjetividade do pesquisador”. No caso, a abordagem é mais reflexiva. Ou seja, no método de pesquisa qualitativo o estudo tem por objetivo “considerar a totalidade, e não dados ou aspectos isolados” (FRANCO; DANTAS, 2017, p. xx).

Dessa maneira, a interpretação dos dados, principalmente, documental, na pesquisa qualitativa “pode ser realizada ou não em função da quantificação” (BREVIDELLI; DOMENICO, 2008). Aliás, para os autores o foco desse tipo de estudo é “no significado individual a na complexidade de cada situação” (BREVIDELLI; DOMENICO, 2008).

Ademais, relacionado ao procedimento de coleta de dados, este estudo é do tipo bibliográfico, que segundo, Mendes e Pereira (2008, p. xx), a pesquisa bibliográfica:

Precede o reconhecimento do problema ou do questionamento que funcionará como delimitador do tema de estudo. Isso quer dizer que, antes mesmo de o pesquisador delimitar o objeto de estudo, ele já pode e deve ler sobre o assunto. O que pode ajudá-lo nessa delimitação da pesquisa, oferecendo acesso rápido as informações e achados de pesquisas atuais em torno de um problema de pesquisa. (MENDES; PEREIRA, 2008).

Deixando claro que, a pesquisa bibliográfica, neste estudo é caracterizada como exploratória. Ou melhor, o estudo em questão, “procurou aprofundar e apurar ideias e a construção de hipóteses (você nem tem hipóteses, principalmente porque seu estudo é qualitativo o que dispensa as hipóteses) sobre determina ocorrência” (BREVIDELLI; DOMENICO, 2008).

Em resumo, qualifica as informações obtidas, como também, procurou demonstrar através dos dados colhidos, valores e informações, a acrescentar em estudos futuros, como também, o de servir como fonte de conhecimento aos leitores e estudiosos da temática.

2.2 Fases e execuções

Na execução da pesquisa, no sentido, de melhorar a sua estruturação foram usadas as seguintes etapas:

- a) Levantamento de dados (de base bibliográfica);

- b) Seleção e priorização dos artigos com aplicação de método multicriterioso;
- c) Catalogação das informações.

Inclusive, como estratégia de busca e para a realização do levantamento de dados definido o ambiente contextualizador, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos da pesquisa que, de acordo com, Tasca *et al.* (2010):

A análise do contexto, a definição do problema e das questões direcionadoras a temática do estudo dão início ao processo de pesquisa científica, motivando os pesquisadores a procurarem informações sobre determinada temática em bases bibliográficas (TASCA, *et al.*, 2010).

2.2.1 Critérios para inclusão e exclusão

A fim de se manter a coesão e a credibilidade das informações foram usados critérios de captação durante a busca da literatura determinados como critérios:

Para a Inclusão: artigos de conteúdo integral, publicados em língua portuguesa, no período de 1998 a 2023, principalmente, disponível gratuitamente em bancos de dados acadêmicos digitais, com enfoque, na temática: currículo, educação Inclusiva, ensino superior e curso de Biblioteconomia.

Para o critério de exclusão: matérias de jornais, sites, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações, teses, livros ou capítulos de livros e outros publicados em idiomas diferentes da Língua Portuguesa, como, inglês e espanhol. Também, publicados em período anterior a 2000, de forma incompleta ou de acesso restrito, ou mediante pagamento e que não tenha relação com o tema estudado.

2.2.2 Coleta de dados

Nesta etapa da metodologia foram acessadas plataformas em que são armazenados materiais bibliográficos gerais ou especializados, em formatos de texto, imagens, multimídia etc., geralmente, de acessibilidade pública, em formato PDF. Por exemplo, as bibliotecas digitais gratuitas:

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

Google Acadêmico;

Infolivros;

Domínio Público;
Biblioteca digital da UFPA;
Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Pois, como cita Fonseca (2002), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”. Nesse sentido, a internet é uma ferramenta importante nesta busca, pois as bases de dados possuem acesso eletrônico. Inclusive, a de dados foi realizada a partir do uso de descritores em português, como: “Currículo”, “educação Inclusiva”; “Curso de Biblioteconomia”, “Inclusão escolar do Deficiente”.

Como estratégia de busca nas bases de dados fora utilizado a seguinte estratégia de pesquisa: o emprego do operador booleano *AND* com os descritores selecionados. Por exemplo, “Educação inclusiva” *AND* “Currículo”.

Inclusive, alguns artigos foram encontrados em mais de uma palavra-chave, sendo assim, desconsiderados para classificação e análise. Evitando-se a sua duplicidade. Os dados foram organizados em planilhas gráficas e figuras e tabelas foram elaboradas, para posterior análise.

Também, é importante destacar, objetivando responder às questões norteadoras da pesquisa, a coleta de dados foi efetuada por amostras retiradas dos sites das Universidades, sendo elas: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E AS MUDANÇAS NO CURRÍCULO ACADÊMICO

Com a globalização, o avanço tecnológico e as mudanças ocorridas na sociedade, à formação do bibliotecário passou por diversas mudanças significativas, pautada em uma formação mais humanizada, retirando do bibliotecário o estereótipo de guardador de livros, o qual fica pedindo silêncio na biblioteca, e que o emprego de bibliotecário somente pode ser em bibliotecas.

Dessa forma:

A Biblioteconomia é uma das profissões mais antigas do mundo, documentada desde a Antiguidade. A palavra grega *Bibliion* referia-se, não a livros, mas à cidade fenícia de Biblos, onde se fabricava o papiro. Ao longo dos séculos e na medida da evolução cultural humana, também passou de eminentemente preservadora para a característica de disseminadora do conhecimento registrado. O Século XX marcou-se por inúmeros novos suportes para registro do conhecimento, culminando com os registros virtuais. A explosão da informação e do conhecimento, alia-se a especialização em todas as áreas, exigindo um novo profissional. O Século XXI traz mudanças significativas, onde se demanda um profissional com maior dinamismo e com competências para atuar no mundo eletrônico, ou seja, o mundo da hipertextualidade, multimídia e redes de conhecimento. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BACHARELADO, 2018, p.1)

Infelizmente, “ainda hoje é possível identificar reflexões distorcidas por uma parcela significativa da sociedade sobre a imagem do profissional bibliotecário” (RIBEIRO; FERREIRA, p.16, 2018).

Ilustração A – Tirinha retratando a visão de uma criança sobre o bibliotecário tradicional



Fonte: <https://monitoriafabci.blogspot.com/2014/02/o-estereotipo-do-bibliotecario.html>

Tabela 1 – Comparação entre os perfis e as atitudes dos tradicionais e dos modernos profissionais da informação

ASPECTOS DO TRADICIONAL PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO	ASPECTOS DO MODERNO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO
Demasiada atenção às técnicas biblioteconômicas	Atenção às técnicas biblioteconômicas e documentais
Atitudes gerenciais ativas.	Atitudes gerenciais pró-ativas.
Desenvolvimento de práticas profissionais em espaços determinados: bibliotecas, centros de documentação.	Desenvolvimento de atividades em espaços onde haja necessidade de informação.
Tratamento e disseminação da informação impressa em suportes tradicionais.	Tratamento e disseminação da informação independente do seu suporte físico.
Espírito crítico e bom senso.	Espírito crítico e bom senso.
Atendimento real ao usuário	Atendimento real e virtual ao cliente
Uso tímido das tecnologias da informação.	Intenso uso das tecnologias da informação.
Domínio de línguas estrangeiras.	Domínio de línguas estrangeiras.
Práticas interdisciplinares pouco representativas.	Ativas práticas interdisciplinares.
Pesquisas centradas nas abordagens quantitativas	Fusão entre as abordagens quantitativas e qualitativas
Estudo das abordagens de informação dos usuários e avaliação de coleções de bibliotecas	Estudo das necessidades de informação dos clientes e avaliação dos recursos dos sistemas de informação
Relação biblioteca e sociedade	Relação informação e sociedade
Planejamento e gerenciamento de bibliotecas e centros de documentação	Planejamento e gerenciamento de sistemas de informação
Preocupação no armazenamento e conservação das coleções de documentação e objetos	Preocupação na análise, comunicação e uso da informação
Educação continuada esporádica	Intenso processo de educação continuada
Treinamento em recursos bibliográficos	Treinamento em recursos informacionais

Tímida participação em políticas sociais, educacionais, científicas e tecnológicas	Ativa participação nas políticas sociais, educacionais, científicas e tecnológicas
--	--

Fonte: Castro (2000)

É importante destacar, no passado, o bibliotecário era considerado um profissional mais rígido, tendo apenas como função a de “guardador e preservador de livros”. Nesse tempo, a sua formação era voltada, principalmente, para o trabalho em bibliotecas. Inclusive, Walter e Baptista (2007), retratam que em um aspecto visual e comportamental os bibliotecários eram associados:

[...] a profissão a mulheres, em geral idosas e, especialmente, com dois adereços principais, como uma espécie de marca registrada, que são os indefectíveis óculos e o famigerado coque nos cabelos, além de uma postura geralmente antagônica e pouco receptiva para os usuários, provavelmente em gesto que indique um enfático pedido de silêncio. (WALTER; BAPTITA, 2007, p. 30).

Por outro lado, tendo em vista as reformulações curriculares acontecidas ao longo do tempo até os dias atuais, reforçaram mudanças no programa pedagógico do curso de Biblioteconomia. Sobre isso, prestigiando a seleção, organização, revisão relacionadas às disciplinas, seus conteúdos e proposições didáticas, incluindo, a qualificação para o trabalho, mas também, somados, as novas concepções, o bibliotecário passou a assumir um novo perfil profissional, passando a desempenhar diversas outras atividades.

Entre as quais, destacam-se: Além de guardar e preservar os livros, o bibliotecário, pode organizar informações e acervos, facilitando a consulta das informações, como também, a de planejar e estruturar as bibliotecas, de igual, podendo dar suportes a formatação de pesquisas e documentos, prestar assessoria e consultoria em instituições públicas e privadas visando o armazenamento de informações e materiais, da mesma forma, o bibliotecário pode ser responsável por acervos de bibliotecas, museus e galerias de artes, entre outros muitos ramos de trabalho disponíveis ao bibliotecário.

Por princípio e por ética a atuação da Biblioteconomia possui forte caráter social, voltada ao crescimento do indivíduo, abrindo-lhe alternativas e oportunidades de estudo, pesquisa e lazer, caracterizando-se pela interdisciplinaridade, aberta a qualquer outra Ciência enriquecedora de seu arcabouço teórico. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA (BACHARELADO, 2016, p.1)

Sobre isso, a Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia – n.º 207/2018 – que aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, especialmente, fixando as normas orientadoras de conduta no exercício da biblioteconomia e suas atividades profissionais, traz nos artigos 2º e 4º que:

Art. 2º - A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos. (BRASIL, 2018).

Agora, no tocante, do artigo 4º, voltado a um viés tecnológico, aqui, marcado pelo desenvolvimento do mundo digital, os Bibliotecários “são responsáveis pela administração de informações, principalmente, no objetivo de auxiliar na busca e na seleção delas, bem como analisá-las para serem futuramente disseminadas” (RIBEIRO; FERREIRA, 2018).

Art. 4º - O objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, artefato cultural aqui conceituado como conhecimento estruturado sob as formas escrita, oral, gestual, audiovisual e digital, por meio da articulação de linguagens natural e/ou artificial. (BRASIL, 2018).

Inclusive, nesse viés, o bibliotecário tem por função selecionar, classificar e organizar esse acervo, especialmente, para a catalogação das informações, melhorando a sua localização sempre que for preciso.

Por se tratar de uma área interdisciplinar que utiliza diversos conhecimentos, desenvolvimento de métodos e técnicas específicas em exercício profissional, atualmente, acordado com o avanço das tecnologias e o aumento da geração de dados digitais se torne cada vez mais relevante para a gestão de informações que o bibliotecário “adote diferentes técnicas para o tratamento, organização, armazenamento e disseminação das informações” (RIBEIRO; FERREIRA, p.16, 2018).

A partir destas colocações, pode-se afirmar que o Bibliotecário é considerado um profissional que desenvolve o papel de mediador das informações. Ou seja:

É o responsável por tornar acessíveis as informações desejadas, seja em meio físico, seja digital, aos seus usuários. Para isso, o bibliotecário adota diferentes técnicas para o tratamento dessa informação: organização, armazenamento e disseminação. Considera-se que esses processos

contribuem para a democratização do acesso à informação, ressaltando, assim, a importância do papel do bibliotecário na sociedade. (ANNA, 2014).

E mais, de acordo com o Conselho Federal de Biblioteconomia na Resolução CFB nº 207/2018:

Art. 3º – A atuação do bibliotecário fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018,).

No sentido da democratização relacionada ao acesso ao tratamento e disseminação da informação, o bibliotecário precisa estar preparado para interagir com a diversidade e as questões sociais, principalmente, devendo estar profundamente envolvido com a questão da Inclusão, aqui, em especial, da pessoa com deficiência que, por muito tempo, foi excluída do convívio social no Brasil e no mundo. Daí a necessidade de um novo perfil profissional do bibliotecário, sobretudo, voltado para questões sociais. Nesse caso, o bibliotecário moderno deve ter:

Adaptabilidade; agilidade; capacidade crítica frente às diversas fontes de informação; capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares; capacidade para trabalhar com tecnologia; criatividade; liderança; necessidade de entender, trabalhar e conhecer o seu objeto de trabalho; necessidade de ser flexível a mudanças; orientação para o usuário; habilidades de comunicação. (BORGES, 2004).

A formação do profissional da Informação nas Universidades evoluiu em decorrência das mudanças que ocorreram com o tempo, com isso, o currículo do Curso Superior de Biblioteconomia precisou passar por adaptações que viessem desenvolver novas competências e habilidades para que seus graduandos pudessem estar aptos para ingressar no mercado de trabalho, principalmente, pelo bibliotecário não ser mais aquele profissional apenas com a função de manter a biblioteca arrumada. Nesse sentido, atualmente, são deveres do Bibliotecário:

- a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;
- b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício;
- c) observar os ditames da ciência e da técnica;
- d) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país;
- e) cooperar para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica;

- f) colaborar com os cursos de formação profissional do bibliotecário;
 - g) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;
 - h) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas;
 - i) conhecer a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento;
 - j) combater o exercício ilegal da profissão, conforme a legislação em vigor;
 - k) manter seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição;
 - l) informar sempre ao CRB no qual está registrado quando assumir e deixar cargo ou função;
 - m) citar seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional.
- (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, RESOLUÇÃO CFB nº 207/2018).

Dessa forma, é possível dizer que houve mudanças significativas no currículo do curso de biblioteconomia, isso é inegável, no entanto, ainda há a necessidade de olhares ainda mais minuciosos sobre o curso, posto que, a implementação de disciplinas inclusivas ainda é pouco vista nos currículos da atualidade, uma vez que, as transformações ocorridas nos cursos já desmistificam diversos estereótipos e preconceitos, mas, como temática central o destaque inclusivo ainda é pouco comentando e ensinado ao discente do curso de biblioteconomia. Ainda para Madruga (2008, p. 107) “pelo processo ensino-aprendizagem os cursos de biblioteconomia transmitem valores aos seus futuros profissionais. Esses valores são de cunho humanístico, técnico, religioso, econômico, social, entre outros.”

4 CURRÍCULO

Neste capítulo será mostrado algumas concepções de Currículo, principalmente, tendo em vista, a sua função prática como um instrumento norteador das atividades pedagógicas.

Primeiramente, para entender o currículo enquanto documento orientador, em um conceito etimológico, “a palavra currículo teve sua origem na palavra do latim curriculum, que significa pista de corrida” (SACRISTÁN, 2013, p. 16).

Também, Sacristán (1999) afirma que:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. (SACRISTÁN, 2003, p. 61).

Nesta circunstância, há um envolvimento político, porque o currículo, bem como a educação, na totalidade está relacionado à política cultural. Contudo, são campos de elaboração ativa de cultura e, por esse motivo, suscetíveis de contradição.

Ainda, na tentativa de buscar definições de currículo é indispensável para esta pesquisa destacar as concepções que entrecruzam as regulamentações e os objetivos formativos das identidades sociais. Inclusive, para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) citam que existem pelo menos três tipos de manifestações curriculares, a saber: currículo formal, também conhecido como prescrito currículo real e currículo oculto.

Em suma, entende-se por Currículo, “o documento que em sua íntegra agrupa informações pertinentes ao Campo Educacional” (LIBÂNEO, 2008). Tendo em vista, suas significações no processo educativo que de modo mais geral é visto como um instrumento ou agentes modificadores das dinâmicas dos conhecimentos pedagógicos e técnicos.

5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cada vez mais, o mundo do trabalho requer um perfil de profissional que saiba atuar em distintas situações, principalmente, que saiba usar linguagem apropriada e acessível para variados interlocutores, mas também, que apresentem, no caso, dos bibliotecários, um conjunto de conhecimentos, qualidades e competências que permitam a este profissional da informação um ambiente de trabalho com diversidade e inclusão.

No Brasil optou-se por aderir ao sistema educacional inclusivo, a partir do momento da concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada na conferência mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1990.

Tornando-se assim uma nação adepta a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que veio reafirmar esse compromisso e deu visibilidade a questões relativas à inclusão e a exclusão na educação. (FERRARI; SEKKEL, 2007, p.641).

No entanto, por muitas décadas as Pessoas com Deficiências eram segredadas da sociedade, visto como “peso” para a humanidade, tido como incapaz, sobretudo, considerada mongolóide, termos estes pejorativos, entre outros nomes preconceituosos usados para se referir a PcD.

As pessoas com deficiência física e mental eram tratadas como possuídos por demônios. De acordo com, Diniz (2007, p. 827) “Durante um longo período, deficiência foi sinônimo de desvantagem natural”.

A sociedade tirou das pessoas com deficiência o seu direito de ir e vir, o direito à vida, lhes privando de prazeres simples, tais como: sair para a rua, interagir, de ter uma vida como qualquer outro ser humano, e tantas outras privações adivinhas da falta de conhecimento para ajudar a quem precisava, realizar tarefas rotineiras e essenciais para o ser humano. Dessa forma, sobre a formação do bibliotecário no Brasil:

[...] antecedeu a estruturação de qualquer curso ou escola, pois já em 1879 a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, promoveu concurso para a seleção de pessoal, e entre as disciplinas exigidas constavam a Literatura e a Filosofia, e este conjunto intelectual foi que levou à Biblioteca Nacional nomes como Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e outras guras expressivas, ainda que não bibliotecários, no sentido em que estes são hoje conceituados. Nesse contexto é que ocorre, na Biblioteca Nacional, a criação

do primeiro Curso de Biblioteconomia do Brasil por meio do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, com início de suas atividades em abril de 1915, sob a direção de Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), concomitantemente com a direção da própria Biblioteca Nacional, que o dirigiu no período de 1900 a 1924. (FONSECA, 1992; RUSSO, 1966 SILVA; *Apud* CONDURÚ; OLIVEIRA, p.103).

Há uma opinião quase que geral de que a educação especial e a aprendizagem andam de mãos dadas. Principalmente, na intenção de se fortalecer e estabelecer, não somente, a inclusão do aluno/usuário PcD, mas também, auxiliar o profissional responsável por este, a enfrentar as dificuldades de aprendizagem que o aluno/usuário PcD venha apresentar durante o processo de ensino e/o atendimento.

De acordo com as autoras Ferrari e Sekkel (2007) “Diversas pesquisas têm evidenciado ser a educação inclusiva tão ou mais benéfica que a segregada para todos os alunos.”

A Convenção dos direitos da criança garante o cumprimento dos demais direitos da constituição para com as pessoas em condição de deficientes no Artigo 23:

Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n.º 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança deficiente tenha efetivo acesso à educação, à for 16 Crianças deficientes. (ONU, 1989).

De igual:

A criança deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e formação adequada que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível. Direitos, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a atividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios culturais e espirituais. (ONU, 1989).

Sasaki (2003) diz que a:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. (SASSAKI, 2003, p.15).

Também, Sasaki (2003) afirma que:

Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno

possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências. (SASSAKI, 2003, p.15).

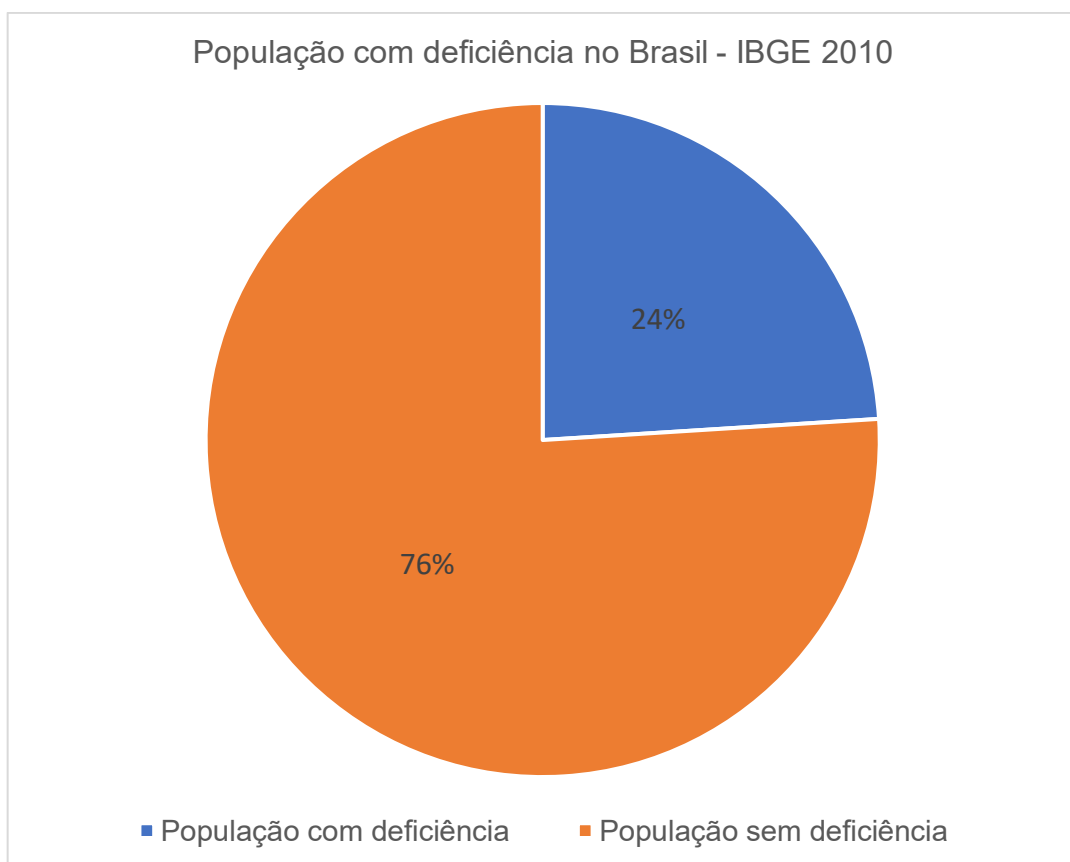
A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2023).

De acordo com o Censo 2010:

Quase 46 milhões de brasileiros, cerca de mais de 20% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental / intelectual. (IBGE, 2023).

Ilustração B – Deficientes no Brasil de acordo com o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Ilustração C - Distribuição do percentual de tipos de deficiência



Fonte: www.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cpd/

Conforme, as imagens 2 e 3, é notório a presença de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Como visto, os anos de horrores vividos por estes, os quais foram segredadas e excluídas devem acabar, fingir a sua existência não é o caminho para uma democrática socialização, todos são seres humanos com sentimentos, quais devem ser respeitados.

Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização da pessoa em situação de deficiência, cabendo a todos os integrantes da sociedade lutar para que a inclusão social e educacional dessas pessoas seja uma realidade. (MADRUGA, 2008, p.106).

Assim, é constante esse trabalho em rede, é de suma importância para a garantia do acesso a cidadania e a educação do PcD na sociedade, visto que, aprender em um ambiente seguro e saudável, livre de discriminação é preconceito é a base para a construção de uma sociedade inclusiva e formando assim de futuros universitários de quaisquer cursos de ensino superior, seres humanos conscientes e sabedores da importância da inclusão. Aliás, “conhecer as particularidades dos

usuários com deficiência e compreender suas especificidades de acesso contribuem para uma ciência da informação inclusiva”. (SILVA; COSTA; CRIVELLARI, p.2743).

Costa e Turci (2011, p.3763) ressaltam que pessoas com deficiência no passado “foram segregados por meio de práticas homogeneizadoras construídas e delimitadas a partir de um padrão de normalidade referenciado pelo princípio da individualidade e da competitividade”. Ainda de acordo com os autores:

Nas instituições para alunos com necessidades educativas especiais, os mesmos eram privados do convívio social e estigmatizados como se fossem seres diferentes e excepcionais. Como consequência, esses alunos perderam o direito à autonomia intelectual, perdendo a dignidade, passando a depender de outras pessoas para viver, deixando a condição de ser humano, sendo intitulados como seres vegetantes. Isto significa dizer que a relação de alteridade entre os seres humanos foi rompida, classificados agora como normais e anormais, resultando na relação entre ser opressor e ser oprimido. (COSTA; TURCI *Apud* GARCIA; ABREU, 2011, p.6).

Posto que, a maioria do preconceito é ocasionada por falta de conhecimento sobre a necessidade de atender as especificidades de cada pessoa. E “Conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas.” (FERRARI; SEKKEL, 2007, p. 641).

A autora Diniz (2007) destaca que:

Os desafios sobre o tema ainda são muitos, mas o entendimento de que a deficiência é uma expressão da diversidade de estilos de vida é um avanço sem precedentes para a concretização de um projeto de justiça social urgente: a integração dos deficientes (DINIZ, 2007, p. 829).

Por essa linha de pensamento, a educação inclusiva deve permear o coletivo, a escola e a sala de aula, onde todos os alunos com ou sem deficiência precisam ter acesso a conhecimentos e a cultura, especialmente, a estratégias favorecedoras e estimuladoras do estudo e do enfrentamento de tudo que constitui a vida do aluno deficiente intelectual, ou não. Em uma proposta inclusiva não há diferenças no currículo e nem tão pouco nos objetivos gerais de cada ciclo e/ou série. Não há segmentação de saberes.

Ou seja, não existe um currículo especial para educando com necessidades educativas especiais e, outro para o aluno não especial, mas sim, um ajuste, uma atenção, uma metodologia e estratégias diferenciadas para o alcance de sua independência cognitiva, motora, pessoal, afetiva, social etc.

5.1 A historicidade da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência

Até o final do século XIX, as pessoas com qualquer tipo de deficiência no mundo e no Brasil, por sua condição eram rotuladas pejorativamente de “incapazes” e a partir disso, eles eram isolados do convívio coletivo. A exemplificar, pessoas acometidas com lesão cerebral eram diagnosticadas como loucas. Engano que, com toda a certeza, dificultou a inclusão das pessoas com deficiência na vida social, no sentido de fazer parte ou participar daquilo que a sociedade oferece.

Como comprovante dessa afirmação os deficientes intelectuais (D.I), na Europa e Estados Unidos, conforme, documentos médicos datados do século citado, definem o D.I., com a mesmo diagnostico dado erroneamente aos deficientes mentais (D.M.): eram reconhecidos como oligofrênicos – do grego “*oligos*”, cujo significado é pouco, “*phren*” quer dizer mente. Pela significação da palavra o Oligofrênico era mentalmente inferior. Assim, eles foram marginalizados. O que fortaleceu durante anos a sua exclusão das atividades sociais e educacionais.

Segundo Sasaki (1997, p.1), “algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes. Outras adotavam a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, com doentes e idosos”.

As leis romanas não eram favoráveis às pessoas que nasciam com qualquer deficiência. Sendo importante destacar, na concepção filosófica dos greco-romanos era legalizada a marginalização das pessoas com deficiência, à medida, que o próprio Estado tinha o direito de não permitir que cidadãos “disformes ou monstruosos” vivessem (AMARAL, 1995, p. 43).

Dessa forma, em Roma era dada aos nobres, quanto aos plebeus a permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência.

Outro, forte engano relacionado às pessoas com deficiência auditiva não eram educáveis. “Tudo porque nesses tempos, a aprendizagem era compreendida a partir da fala”. Dessa maneira, as pessoas surdas eram excluídas da vida social e escolar (LACERDA, 1996).

Nesse tempo histórico, a surdez era avaliada como uma patologia sem cura. Ademais, “o surdo em Roma (antiga), não poderia fazer testamentos e, muito menos, receber uma herança” (LACERDA, 1996).

Na Grécia, as deficiências eram tratadas de maneira diferente, principalmente, pela sociedade grega possuir uma cultura que supervalorizava o corpo humano,

sendo intolerante com pessoas que não se enquadravam no padrão de beleza dos gregos. Na sociedade grega a “deficiência era sinônima de incapacidade”. Nesse caso, “crianças ao nascer com deficiências foram vítimas de genocídios” (AMARAL, 1995, p. 45).

Platão, no livro “A República”, e Aristóteles, no livro “A Política”, os citados autores retrataram como era o planejamento das cidades gregas, indicando que as pessoas nascidas “disformes” deveriam ser excluídas e por vezes eliminadas da sociedade. Da mesma forma, em Esparta, “os bebês e as pessoas que adquiria algum tipo de deficiência eram lançados ao mar ou precipício” (SILVA, 1987). Pode-se observar tal afirmação neste exemplo:

Platão

A República, Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém. (GUGEL, 2007, p. 63).

Aristóteles

A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida. (GUGEL : 2007, p. 63).

Já, na Idade Média – marcada pelo fim do Império Romano (ano 476) e a Queda de Constantinopla (1453), a visão cristã correlacionava a deficiência à culpa, ao pecado ou a qualquer transgressão moral e/ou social (SILVA, 1986). Por essa visão, o tipo de deficiência (física, auditiva, visual, cognitiva etc.) era marca desse pecado, assim:

A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. A literatura da época coloca os anões e os corcundas como focos de diversão dos mais abastados. (SILVA, 1986).

Como visto, na antiguidade até na Idade Média as pessoas com deficiência foram perseguidas e marginalizadas, justamente, pela ideia de “anormalidade”.

Inclusive, essas atitudes excludentes fizeram com que essas pessoas vivessem como mendigos sobrevivendo da caridade de outros.

No Brasil, precisamente, em 1854, as ações inclusivas eram isoladas e de cunho assistencialistas. Por exemplo, na época de Dom Pedro II foi fundado no Rio de Janeiro, um instituto dos Meninos Cegos que através do Decreto nº 1.320, de 1891, o “Instituto Meninos Cegos” muda de nome, passando a chamar “Instituto Benjamin Constant”, para atender meninos com deficiência visual (GUGEL, 2015). Já, em 1857, é fundado o “Imperial Instituto dos surdos – Mudos”, também na cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, essas primeiras instituições de assistência apenas privilegiavam o atendimento de crianças com essas deficiências na faixa etária entre 07 e 14 anos (GUGEL, 2015). Assim sendo, os outros tipos de deficiência continuavam negligenciados e ignorados.

O tempo passou e aos poucos, a concepção e a aceitação da inclusão da pessoa com qualquer tipo de limitações físicas, mentais, auditivas e visuais começou a mudar. Principalmente, observados nas relações de conceitos, nomenclaturas, atitudes, posturas e até mesmo o preconceito foram revistos. Tanto que novos reconhecimentos e aceitação educativo-social desse público alvo deram importantes passos.

5.2 Primeiros passos rumo a inclusão escolar da pessoa com deficiências

Há relatos históricos que foi na Europa que existiram os primeiros atendimentos aos deficientes, refletindo diretamente na composição desses grupos sociais que se concretizaram em medidas específicas. Mazzotta (2005) “Tais medidas educacionais foram se expandindo”. Sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá, posteriormente, para outros Países, inclusive, o Brasil.

No final da Guerra Americana pela Independência (1783), várias sociedades filantrópicas surgiram como intento, a princípio, de garantir a segurança da República e dos norte-americanos. (STAINBACK, 1999).

Porém, é válido ressaltar, que em um momento mais a frente, essas organizações filantrópicas passaram a exercer novos papéis. Inclusive, as de organizações de reabilitação, treinamentos e escolas Para Pessoas com Deficiências. (STAINBACK, 1999).

Sob esses primeiros atendimentos aos sequelados de guerra, a deficiência era entendida como uma doença crônica. E todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo na área educacional era pelo viés terapêutico. Portanto, as suas avaliações eram pautadas em exames médicos e psicológicos.

Glat e Ferreira (2005), afirmam que nas instituições especiais seus atendimentos eram organizados com bases em conjuntos de terapias (fonoaudiologia, psicopedagogia, psiquiatria, etc.) e poucas capacidades acadêmicas.

A educação escolar para a pessoa com deficiência não era considerada possível, principalmente, para aqueles que no modo de ver, desse início de tempo inclusivo não poderiam de forma alguma aprender, a ilustrar, o deficiente auditivo, intelectual, visual.

Portanto, entende-se que a educação especial originalmente se constituiu no mundo como uma área de saber a partir de um modelo médico e clínico. Embora, é preciso dizer, como defende Fernandes (2005): “os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização dessa clientela “misturada”.

5.3 Principais encontros internacionais sobre a inclusão da pessoa com deficiência

As últimas décadas foram marcadas por vários debates internacionais, entre os quais, é de se destacar a Conferência Mundial de Educação para todos acontecida na Tailândia (1990). Outra, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizadas em Salamanca na Espanha (1994) e o Congresso de Madri, também, na Espanha, em 2002.

A começar, Conferência Mundial de Educação para todos, segundo Menezes e Santos (2002), teve como objetivo estabelecer compromissos a níveis mundiais, que garantisse todo o acesso a conhecimentos básicos que garantissem uma condição mínima humana e justa para se viver em sociedade. Entre os seus participantes estavam os representantes do Banco Mundial, da UNICEF e de outras organizações intergovernamentais, também, não-governamentais – ONGs.

Esse encontro é considerado um marco na inclusão da Pessoa com Deficiência, principalmente, por nele ter sido reforçado a consolidação urgente de ações capazes de reconhecer a heterogeneidade das crianças e atender as suas necessidades educativas.

Para Borges (2004) um dos objetivos da Declaração de Salamanca fora o desenvolvimento de uma pedagogia educacional de qualidade, de acordo, com o que era quisto pelos conferencistas, com isso, uma aprendizagem significativa a todos, acima de tudo, de forma igual. Aqui, é muito expressiva a necessidade de atender especificamente as dificuldades de aprendizagem do aluno com surdez, sendo considerado esse atendimento educativo especial.

A citada declaração, de Salamanca (1994, p.02) deixa claro: todas as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de condições físicas, intelectuais e sociais, linguísticas e outras. Nesse caso, é visível a preocupação da eliminação da desigualdade ou qualquer outro artifício que venha comprometer que a criança com deficiência venha ser impossibilitada de ter êxito na sua formação – ser marginalizada, excluída. Já, em 2000, no Congresso de Madri, mais uma vez foi discutida a temática conceitual de sociedade inclusiva.

5.4 A educação inclusiva no Brasil – histórico cronológico

No século XX, na década de 50 (1950), surgem às primeiras unidades assistencialistas preocupadas inicialmente em assistir outros deficientes em suas necessidades médicas, particularmente, os deficientes físicos comprometidos em sua locomoção. Nesse momento, surgia a AACD¹ – Associação de Assistência à Criança Deficiente – tendo como objetivo tratar e reabilitar vítimas de paralisia cerebral.

Quatro anos mais tarde, com o intento de congregar e promover o bem estar dos excepcionais com a abrangência de atendimento aos seus responsáveis é criada a APAE – Associação De Pais e Amigos dos excepcionais.

Como visto, é apenas no final dos anos 50 que a preocupação com a educação dos portadores de necessidades especiais começa a ser discutida e implantada. Nesse período, acreditava-se que os alunos com deficiência intelectual e mental podiam sim aprender de forma limitada, mas ainda isolados, em Centros educativos especializados em habilitações e reabilitações, que priorizavam a internação das pessoas com deficiência. Porém, elas ainda não participavam de uma vida cotidiana normal.

¹ Associação Assistência à criança deficiente (AACD), com o tempo se especializou no tratamento de deficiências físicas que comprometem o aparelho locomotor.

Já, na década de 80, com a promulgação da Constituição de 1988, da República Federativa do Brasil, pode-se dizer, que há uma garantia do direito a educação de todos para que todos tenham oportunidades de uma vida mais digna. Texto legal afirmado no art. 205, da Carta Constituinte que “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O mesmo marco legal, no seu artigo 208, a Constituição Federal brasileira, também enfatiza ser dever do estado: “a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”. Com isso, no Brasil, a educação inclusiva passou a ser obrigatória, mas, apenas na garantia da matrícula das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Ainda era necessário mudar muita coisa.

Aliás, essa mudança chega um ano após, precisamente, em 1989, com a ocorrência de novas mudanças na estruturação da educação brasileira com o decreto nº 7.853, que “apoia às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social” (BRASIL, 1989). Além disso, é considerado crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado.

Em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA / Lei nº 8.069, os dispositivos legais foram reforçados com a determinação que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos, ou pupilos na rede regular de ensino”.

Ao voltar no tempo histórico, para Fernandes e Glat (2003), os anos 70 representam a institucionalização da Educação Especial em nosso País, com a preocupação do Sistema Educacional público em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiência.

Em sua progressiva afirmação prático-teórica, a educação especial aspirou avanços da pedagogia e da psicologia da aprendizagem, sobretudo, no enfoque baseado nos princípios de modificação de comportamentos e controle de estímulos a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos.

Com essa mudança de pensar e agir, era aceitável que o deficiente podia aprender. Com esse diagnóstico ampliou-se o acesso dessas pessoas acometidas de deficiências a educação regular, mas não somente isso, essa mudança de diagnóstico

possibilitou um novo pensar relacionado às práticas do professor em uma sala de aula inclusiva.

A partir, desses fatos históricos, pessoas que durante muito tempo foram tratadas como inferiores e incapazes de conviverem em sociedade, puderam conviver em igualdade com o outro. Pensamento inclusivo afirmado no documento das Nações Unidas de 1994, no qual expressa que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. Conseqüentemente, “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de qualquer dificuldade ou diferenças que elas possam ter”.

5.5 A inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior

Durante vários séculos, as pessoas com algum tipo de deficiência foram segregadas do restante da sociedade, não sendo considerados sujeitos de direitos, nem mesmo para efeito da proteção de sua condição.

Assim como nos demais níveis de ensino a proposta da inclusão da pessoa com deficiência, no sentido de, integrar ou adaptar esse público de acadêmicos, no ensino superior revela a necessidade de se legitimar novas práticas educacionais, principalmente, no objetivo de reformular questões curriculares, como um desafio, não somente, para efetivar a matrícula do acadêmico com deficiência, mas também, para repensar modelos e objetivos educacionais dos cursos de graduação superior que flexibilizem as questões relacionadas ao ensino, aprendizagem e qualificação profissional da PcD nas Instituições superiores.

Segundo, Ferrari e Sekkel (2007):

Há casos em que o próprio aluno desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades, como o de uma aluna que se descobriu portadora de dislexia a partir dos conteúdos estudados nas aulas de neurociências. Algumas necessidades educacionais especiais podem passar despercebidas pelo professor nos trabalhos em pequenos grupos, principalmente nas produções de texto coletivas, e pode mesmo ocorrer que, apenas na avaliação final, o professor se depare com as dificuldades específicas daquele aluno. Entram em cena aqui as especificidades das disciplinas e dos métodos utilizados pelos diferentes professores. (FERRARI; SEKKEL, 2007, p.643).

Em consonância a isso, várias ações afirmativas foram pensadas, como medidas temporárias, que visam auxiliar a inserção das classes marginalizadas historicamente na sociedade. Assim, em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711 como medida para democratizar o acesso ao ensino superior e eliminar as desigualdades. (BRASIL, 2012).

Mas, apenas com a publicação da Lei n.º 13.409/2016 é que foi realmente garantida a concorrência à reserva de vagas em cursos técnicos, do nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino para Pessoas com Deficiência. (BRASIL, 2016).

Isto é certo. A aprovação dessa lei contribuiu, positivamente, para que as discussões sobre o tema da inclusão ganhassem mais espaço no meio educacional, muito embora, no meio acadêmico, a questão ainda seja incipiente, necessitando de reflexão mais sistemática. (ALEXANDRINO, 2016).

Ao se pensar em ambientes inclusivos sem considerar as diferenças entre os sujeitos é o mesmo que desconsiderar a presença deles no espaço universitário. Assim, destaca-se que:

A educação de pessoas com deficiência apresenta muitas especificidades e requer profissionais engajados no objetivo de proporcionar um processo de ensino/aprendizagem construtiva que destaque importância para práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, cooperação e solidariedade. (GUERREIRO; ALMEIDA; FILHO, 2014).

Nesse caso, algumas resistências precisam ser quebradas sejam elas atitudinais, físicas, administrativas, entre outras. Uma realidade desigual necessita de ações que permitam transformar a realidade promovendo reformas estruturais e pedagógicas. O Currículo dos cursos de graduação precisa ser reformulado para não servirem de instrumentos de exclusão do PcD do ensino superior.

6 LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Destaca-se como um dos principais documentos mundiais em prol da pessoa com deficiência a Declaração de Salamanca de 1994. A qual tem por objetivo a inclusão social, visando garantir a todos o direito a educação, não excluindo as pessoas com deficiência e verificar o compromisso dos órgãos governamentais com a educação inclusiva a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, destaca que:

Reuniram-se em Salamanca, de 7 a 10 de Junho de 1994, mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais [...] (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, p.3, 1994)

Dessa forma, nasce a Declaração de Salamanca, trazendo direitos e deveres dos órgãos e das pessoas para com a educação inclusiva:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que: • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (BRASIL, 1994, p. 1)

Outro importante documento é a Convenção de Direitos da Criança de 1989 é composta por 54 artigos, oferecendo subsídios legais para determinação de ações contra órgãos públicos e privados, os quais descumprirem as leis que amparem as crianças causando algum prejuízo social para a elas, por meio de preconceito ou a marginalização, ela também corrobora, para a importância de parcerias internacionais a fim de melhorar a condição de vida de crianças em todos os países, dessa forma, foi acordado por meio da Convenção de Direitos da Criança:

1 – Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais. 2 – Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares. (UNICEF, 1989, p. 1).

Por fim, sobre legislação tem-se a Declaração Sobre Educação Para Todos de 1990, e um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o qual, foi aprovado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, na Tailândia de 5 a 9 de março de 1990, visando a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, o Artigo 1º dispõem:

SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNICEF, 1990)

Essas são algumas das legislações voltadas para as pessoas com deficiência, documentos importantes para a inserção na sociedade e no ambiente escolar, para quem precisava de um olhar mais inclusivo na sociedade, antes tidos como incapazes.

6.1 Legislação acerca de políticas públicas para PCD no ensino superior

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BRASIL, 2023).

Outro Decreto de grande importância para a inclusão do PcD é o Decreto n.º 3.298/1999, que dispõe sobre “a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, e dá outras providências”. (BRASIL, 2023).

Também, têm-se as portarias n.º 3.284/2003 e o Decreto n.º 5.296/2004. Inclusive, a portaria dispõe sobre “os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, também, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições” (BRASIL, 2003).

Já, O Decreto n.º 5.296/2004, estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências (BRASIL, 2004).

Ainda, é destacado o decreto n.º 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e dá outras providências (BRASIL, 2011).

Da mesma maneira, a Lei n.º 13.409/ 2016, essa lei alterou a lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2016).

7 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O processo de aprendizagem de um indivíduo começa desde a sua infância até a velhice, vale ressaltar que a todo o momento estamos aprendendo, de acordo com Inácio (2007, p.1), “o termo aprendizagem deriva do latim *‘apprehendere’*, que significa adquirir o conhecimento de uma arte, ofício ou através do estudo ou da experiência.”

Segundo, Paulo Freire, a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), com isto, Freire quer dizer que “o apoio na realidade vivido é a base para qualquer construção de conhecimento.” (FURIM; CASTORINO; SELUCHINES, 2019, p. 245).

É significativo ressaltar que o ambiente familiar é o primeiro lugar onde a criança está inserida. É nesse ambiente que ocorre primeira forma de educação, a oralidade, a socialização. Assim, é neste universo, atualmente, tão diverso, que os próprios acontecimentos da vida recebem significados e, por meio destes são entregues os experimentos individuais (nascer, crescer, envelhecer, morrer). Portanto, a família é considerada uma unidade básica de desenvolvimento das experiências, das realizações e dos fracassos do homem.

No recente Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) que reforça “o direito social inalienável dos cidadãos a uma educação de qualidade, na perspectiva emancipadora, nas diferentes dimensões e espaços da vida”.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional (LDB), em seu art. 2º, declara que:

A educação é responsabilidade do Estado e da família, baseada em convicções que respeitem a liberdade, a solidariedade, e tenha como propósito o desenvolvimento do educando de maneira completa preparando-o para exercer seus direitos de cidadania. (BRASIL, 1996).

Também, a Declaração de Salamanca (1990) enfatiza que “o envolvimento entre a família e escola assegura uma ativa participação dos pais na tomada de decisões e no planejamento educacional dos seus filhos, com a adoção de uma comunicação clara e aberta”.

Ou seja, a família representa o sistema nuclear de crescimento das experiências do ser humano, como também é responsável pelos níveis de desempenho ou de falha. Assim, a família quanto instituição é o agente socializador,

enquanto, grupos sociais constrói identidades. Dessa forma, nem sempre será na escola que teremos conhecimento da nossa realidade.

De acordo com Madruga (2008):

Devemos aprender sobre como viver em diversidade, com as diferenças individuais e como fazer com que elas beneficiem a todos. Cada pessoa é um ser único, com diferenças e características únicas. (MADRUGA, 2008, p.107)

A autora ainda retrata que:

O processo de comunicação humana encontra na sociedade atual um significado mais amplo, na medida em que traz a possibilidade de dirimir problemas históricos, tais como a exclusão das pessoas com alguma situação de deficiência. Podemos dizer que o eixo de formação acadêmica compreende um perfil profissional idealizado que, oficialmente, é apresentado sob a forma de um currículo explícito que registre as intencionalidades e compromissos dos seus cursos. No momento atual a sociedade sugere que para essa construção, há que se observar às tendências que apontam para formação do indivíduo como sujeito de seu desenvolvimento. Esse contexto impõe conteúdos que levem ao domínio de certos conhecimentos teórico-práticos específicos. (MADRUGA, 2008, p.114).

Diante do exposto, destaca-se que pessoas com deficiência estão presente no cotidiano da sociedade, desde os primórdios da humanidade, logo deve se saber que, o instinto do ser humano em idade de aprendizagem é a repetição e se houver essa exclusão da PcD pelas crianças, em seu futuro a pessoa não saberá respeitar e tratar aqueles diferentes de sua realidade.

Ainda segundo Inácio (2007, p.2) “A aprendizagem pode ser entendida, de modo simplificado, como a forma de adquirirmos novos conhecimentos, nós desenvolvermos competências e mudarmos comportamentos”. Nesse sentido, a aprendizagem não cessa com o passar dos tempos, vivemos em constante progresso ao longo da vida.

Vigotski (1997) enfatiza que:

Assim como as crianças “normais” apresentam particularidades em seu desenvolvimento da aprendizagem, o mesmo acontece com alunos deficientes que se desenvolve de um modo distinto e peculiar. Ou seja, eles também necessitam de caminhos alternativos e recursos especiais. (VIGOTKY, 1997 *apud* CHIOTE, 2013).

Portanto, a partir dessas considerações sobre aprendizagem, o ensino inclusivo no curso de Biblioteconomia se faz necessário para, principalmente, quebrar

tabus e mostrar para a sociedade como uma pessoa com deficiência pode e deve aprender tal qual uma sem.

Ademais, o profissional da informação, no seu cotidiano poderá precisar utilizar as informações adquiridas durante a sua graduação para atuar em situações envolvendo a necessidade de saber como lidar e acolher com respeito e dignidade um PcD, a exemplo um usuário autista, visto que, um breve estudo sobre tal deficiência, poderá dar uma pequena base para saber como atender este usuário, pois, prover acesso às informações para a comunidade de forma igualitária é responsabilidade social do bibliotecário.

De acordo com Madruga (2008, p. 109), o bibliotecário deve “disseminar a informação para todo tipo de público, seja esse público composto de pessoas chamadas “normais” ou “deficientes”. Dessa forma, evidencia-se novamente a importância dessas disciplinas como um auxílio ao bibliotecário que trabalha ou não com o atendimento ao usuário em seu dia a dia.

8 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS BIBLIOTECÁRIOS

A sociedade passa constantemente por mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas de forma aceleradas, impondo desafios para os profissionais, o sistema educacional, o mercado de trabalho, dentre outros ambientes que alteram as formas de nela trabalhar e se relacionar (WERTHEIN, 2000). Entretanto, não se deve apenas da atenção as tecnologias da informação e comunicação (TICs), mas sim também aos usuários do seu ambiente de trabalho, as suas particularidades, sua historicidade, seu comportamento e o contexto no qual estão inseridos (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura (UNESCO) há quatro pilares para a educação:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.

Aprender a fazer, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. (EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR, 2010, p.31)

Posto isso, vale ressaltar que disciplinas de caráter inclusivo são de suma importância para quebrar as barreiras das comunicações no ambiente de trabalho e social, já que ao não saber como lidar com situações que requerem um determinado conhecimento sobre como agir com usuário PcD o bibliotecário ficará à mercê da

desinformação, ou seja, não terá como ajudar aquela pessoa que necessita de um atendimento mais cuidadoso.

A missão maior do educador é, portanto:

fazer com que a educação favoreça e estimule o pleno emprego da inteligência geral. Esse pleno emprego exige o livre exercício da faculdade mais comum e mais ativa na infância e na adolescência, a curiosidade, que muito frequentemente é aniquilada pela instrução, quando, ao contrário, trata-se de estimulá-la ou despertá-la, se estiver adormecida. Trata-se, desde cedo, de encorajar, de instigar a aptidão interrogativa e orientá-la para os problemas da nossa condição e de nossa época. É evidente que isso não pode ser inserido em um programa, só pode ser impulsionado por um fervor educativo” (MORIN, 2004, p. 22).

Assim:

No momento em que os sistemas educacionais formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento das outras formas de aprendizagem, é mister conceber a educação como um todo. Essa perspectiva deve no futuro inspirar e orientar as reformas educacionais, seja na elaboração dos programas ou na definição de novas políticas pedagógicas. (EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR, 2010, p.31)

O preparo para os futuros profissionais que serão atuantes com o público seja o bibliotecário educador, o escolar, bibliotecário de universidades, faculdades, hospitais, escritórios de advocacia, órgãos governamentais, especialista de Informação, entre outros. Aprender sobre inclusão não é só um dever, é uma questão de cidadania, para combater o preconceito de barbáries vividas por estes indivíduos no passado e infelizmente até os dias atuais, por vezes ainda sofrem preconceitos. Assim, de acordo com Albinati (2021):

A deficiência é entendida como uma limitação do indivíduo, uma perda ou anormalidade da estrutura ou função fisiológica, anatômica ou psicológica. É resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também resulta de fatores sociais e ambientais no qual o indivíduo está inserido. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, possui o propósito de proteger, promover e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos, os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (ALBINATI, 2021, p.14 *apud* BRASIL, 2009).

Caberá também ao bibliotecário uma autoavaliação, pautada nos conhecimentos advindos da universidade no curso de biblioteconomia, em suas habilidades e competências, uma vez que, aprender os conteúdos de forma mecânica não é o ideal para contribuição da formação social do profissional. Logo, é importante considerar que, o processo de inclusão educacional nas escolas e universidades não

é restrito apenas as ao PcD, “e sim, a todas e todos que por algum motivo necessitam de auxílio para se integrar à comunidade escolar de forma equitativa, sem ter prejuízo no seu processo de aprendizagem.” (ALBINATI, 2021, p.11).

Para os autores Martins e Martins (2012):

As instituições de ensino superior deparam-se a cada instante com a presença de alunos portadores de deficiência visual, auditiva e outras. Neste sentido, os bibliotecários têm que lidar com estas realidades, sem possuírem formação acadêmica. Tal situação leva-nos a questionar se os currículos dos bibliotecários e arquivistas deveriam ser reajustados, no sentido de possuírem já alguma formação adequada às áreas das necessidades especiais. Estes profissionais da informação são também eles responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem do estudante, na medida em que são os mediadores no acesso à informação (MARTINS; MARTINS, 2012, p. 7).

Isto posto, os cursos de Biblioteconomia constituem-se como um desses segmentos que deve se abarcar e interagir para mudanças de paradigmas, estando atentos a introdução em seus currículos do tema Inclusão Educacional (MADRUGA, 2008, p.107). O bibliotecário deve ter também a habilidade de quebrar barreiras e tabus acerca da inclusão, barreiras essas que impeçam a disseminação da informação e a visão do ser humano como um todo, posto que, qualquer tipo de preconceito pode causar danos para quem o sofreu. Inclusive, a maioria do preconceito é ocasionada por falta de conhecimento sobre a necessidade de atender as especificidades de cada pessoa.

Educar é um ato de esperança e, como tal, regado pelo desejo de que o que foi plantado brote da melhor forma possível. Educar é um exercício de paciência, espera e incerteza. Educar é uma espécie de lapidação na perspectiva de um presente melhor do que o passado e sempre alguém do que o futuro pode moldar. (ALMEIDA; DANTAS, 2020, p.19)

Sendo assim, é responsabilidade social do curso de biblioteconomia facilitar para seus discentes como deve ser colocado em prática as suas habilidades Madrugua (2008, p.107) diz que “Devemos aprender sobre como viver em diversidade, com as diferenças individuais e como fazer com que elas beneficiem a todos.”

No momento em que todos repensam um modelo de ensino capaz de dar respostas eficazes às exigências de uma sociedade complexa, revolucionada pelo fenômeno da globalização, determinando eliminação de fronteiras entre países e suas culturas, torna-se inconcebível que não concentremos esforços no sentido de dissipar as barreiras construídas pelo preconceito, pela segregação daqueles vistos como diferentes. Porém, é indiscutível a

dificuldade de se efetuar mudanças, especialmente quando essas implicam em novos desafios e inquestionáveis demandas sócio-culturais e a superação de muitos obstáculos das mais diferentes ordens. (MADRUGA, 2008, p.106)

Para que todos tenham direito a informação de modo igualitário, destacando seja qual for o ambiente de trabalho deste profissional, ele não deve rotular os usuários por suas capacidades físicas ou intelectuais. “Para que exista acessibilidade na sociedade, é preciso avaliar o seu próprio preconceito com algo “diferente” do que são habituados a conviver” (OLIVEIRA, 2013, p.22)

9 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DE TRÊS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO NORTE

Nesta seção será apresentado a análise que foi realizada acerca de três currículos identificados pela pesquisa e que estão vigorando na região amazônica, a fim de discutir a necessidade de discutir a importância de disciplinas que promovam a inclusão.

9.1 Conteúdo curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

O Curso de Biblioteconomia foi instituído na UFPA em 1963 com o objetivo de formar profissionais para atuarem na biblioteca da própria universidade e nas demais bibliotecas e centros de documentação no Estado do Pará. Com o novo paradigma tecno-informacional que eclodiu a partir dos anos de 1960, o bibliotecário teve seu espaço de trabalho ampliado no contexto do chamado mercado da informação. (FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA, 2023).

Missão: O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) tem como missão *gerar, difundir e fomentar* o conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas, que expresse o compromisso com exercício da cidadania, responsabilidade social e ambiental.

Visão: Constituir-se em centro de referência local, nacional e internacional em ensino pesquisa e extensão no campo das Ciências Sociais Aplicadas. (INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2023)

O Objetivo do curso:

O objetivo do Curso de Biblioteconomia da UFPA é a formação profissional de Bacharéis em Biblioteconomia para o exercício da profissão de Bibliotecário. Deseja-se que esse profissional, com acesso à produção acadêmica na área da Biblioteconomia, treinado no método científico, agente de um processo ensino aprendizagem dialógico e orientado para a autonomia do aluno na busca de seu aprimoramento profissional, seja capaz, não apenas de diagnosticar problemas de informação, mas também, de encontrar, propor e implementar a melhor solução técnica em cada situação. (FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA, 2023)

O conteúdo curricular da Faculdade de biblioteconomia da UFPA, passou por mudanças no ano de 2022, no entanto, no site não foi possível encontrar todas as disciplinas optativas nem as suas ementas, apenas como optativa a disciplina Mercadologia, desse novo formato de conteúdo curricular, dessa forma, apenas as

disciplinas obrigatórias foram analisadas. Ressaltando que sem o acesso as informações completas, não é possível afirmar que o assunto da inclusão é ou não trabalhado no curso.

A faculdade possui 41 disciplinas obrigatórias e 28 optativas (ver anexo A e B), revelaram um déficit sobre a educação inclusiva, já que não foi encontrado nenhuma disciplina no conteúdo curricular em que registre o tema inclusão.

Em resultado, desta análise é observado que a educação inclusiva, como, um componente curricular do Curso de Biblioteconomia ainda não tem um espaço significativo. Ou seja, as disciplinas de cunho inclusivo ainda são pouco pautadas nos pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser.

Vale destacar que curso de biblioteconomia está passando por uma nova reforma em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual foi disponibilizado pela diretora do curso, para inclusão nesta pesquisa, visto que, o ele ainda não está em vigência e sim em fase de desenvolvimento.

De acordo com o novo PPP a Justificativa para a oferta do curso:

No decorrer dos últimos anos aconteceram mudanças significativas na profissão de bibliotecário, em função de fatores como as novas demandas sociais, culturais, científicas, políticas e econômicas por informação, o que foi amplificado pela difusão das tecnologias para processá-la e disseminá-la. A base da atuação profissional do bibliotecário, a informação, que também é o seu objeto de estudo, tomou amplas proporções desde a segunda metade do século XX, vindo a ser matéria de estudo de uma ciência pós-moderna, a Ciência da Informação (CI). Autônoma, a CI possui estatuto próprio e natureza interdisciplinar, tendo se originado no bojo da revolução científica e tecnológica, nos anos de 1950, tendo seus conceitos se estabelecidos na década de 1960. (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UFPA, 2023, p.6)

O Objetivo do curso:

objetivo do Curso de Biblioteconomia da UFPA é a formação de Bacharéis em Biblioteconomia. Deseja-se que esse profissional seja capaz não apenas de diagnosticar problemas de informação, mas também, de encontrar, propor e implementar a melhor solução técnica em cada situação. Nesse sentido, recomenda-se que essa formação seja orientada pela valorização do acesso à produção acadêmica na área, pela prevalência do método científico, pela participação ativa no processo ensino-aprendizagem e pelo favorecimento da autonomia do educando na busca do seu permanente aprimoramento profissional. O curso de Biblioteconomia também tem como objetivo a formação de profissionais éticos e capazes de atuar nos diferentes ambientes de prática bibliotecária, reconhecendo a dinâmica da realidade brasileira e amazônica e a necessidade da construção de uma sociedade sustentável, com base na articulação 15 entre informação, conhecimento, ciência e

tecnologia. (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UFPA, 2023, p.14)

Neste novo Projeto Político Pedagógico é possível perceber avanços na área da educação inclusiva, pois já estão incluídas as disciplinas Língua brasileira de sinais – LIBRAS e Acessibilidade em ambientes informacionais (ver anexo C e D).

A disciplina Acessibilidade em ambientes informacionais é um avanço importantíssimo, uma vez que, das três universidades analisadas, apenas na UFPA é possível encontra-la, de acordo com a ementa da disciplina ela trabalhará:

Retrospectiva histórica da deficiência através dos tempos. Legislação internacional. Legislação nacional. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. Principais formas de atendimento à pessoa com deficiência. Linguagens de comunicação alternativa. (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UFPA, 2023, p.86)

Portanto, a educação inclusiva nos cursos de quaisquer áreas do conhecimento é de extrema importância, sabe-se que não é fácil a inclusão de disciplinas em um conteúdo curricular de uma Universidade, mas destaco esse olhar para a formação do bibliotecário moderno e inclusivo.

9.2 Conteúdo curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

O Curso de Biblioteconomia da UFAM foi criado em 1966, por meio da Resolução n. 29 de 14/11/1966, do Conselho Universitário (C.U) da então Universidade do Amazonas (UA). Conforme a estrutura curricular de 2009, o perfil do profissional a ser formado na área está voltado:

[...] para o desempenho proficiente e criativo das atividades do ciclo documentário (reunião, tratamento e difusão de documentos e informação) e do ciclo informacional (produção, transferência e uso de documentos e informação) e a participação ativa nos processos de construção e reconstrução da realidade social. Essa formação, entretanto, depende do desenvolvimento de certas competências e do domínio de habilidades vinculadas aos conteúdos teórico-práticos do campo da Biblioteconomia por parte dos egressos, aspectos que impõem a busca pelo aprimoramento contínuo e a observação de padrões éticos de conduta, ante aos desafios da profissão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2008, p. 10).

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia da UFAM, os objetivos do curso.

Geral:

Formar profissionais para atuar na área de Biblioteconomia. (PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA, 2008, p.11)

Específicos:

Preparar profissionais para:

a) atuar crítica, criativa e eficientemente na identificação de demandas por informações de qualquer natureza e nível de complexidade, propondo soluções que conduzam à conscientização do seu valor e do valor do documento na sociedade;

b) realizar o processamento de informações de qualquer natureza e em diferentes documentos e suportes materiais de registro, mediante aplicação de conhecimentos teórico-práticos de coleta, tratamento e difusão, apoiados nas tecnologias da informação disponíveis;

c) gerenciar serviços e recursos informacionais, através das ações de planejamento, organização, administração e assessoria e de prestação de serviços em redes e sistemas de informação de qualquer tipologia ou natureza;

d) monitorar e apoiar o desenvolvimento social e os avanços científicos e tecnológicos, através de ações culturais e domínio da metodologia de pesquisas relacionadas ao uso e ao comportamento da informação. (PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA, 2008, p.11)

A Universidade Federal de Amazonas possui 38 disciplinas obrigatórias e 12 optativas (ver anexo E e F). Em todas as disciplinas obrigatórias não foi possível perceber o tema inclusão educacional, apenas como optativa, a disciplina da língua brasileira de sinais – LIBRAS, está presente.

Assim, destacando que a ênfase para a questão da inclusão encontrasse mais centrada nas disciplinas optativas.

9.3 Conteúdo curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Com a entrada da primeira turma de alunos no segundo semestre de 2009, o curso foi instituído por meio da Resolução nº 198/2008/CONSEA/UNIR. O curso de Ciência da Informação tem como objetivo geral proporcionar aos egressos do curso

de Biblioteconomia um ensino de qualidade, tornando-os indivíduos reflexivos, com ênfase à formação e desenvolvimento profissional, com ética e criatividade visando um domínio e competência humana, tecnológica, política e social, que lhe permita atuar no mercado de trabalho e na sociedade, garantindo o desenvolvimento humano e compreendendo os paradoxos da humanidade. (DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023).

De acordo com a justificativa do Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, o curso:

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia deverá consolidar-se através da formação de Bacharéis em Biblioteconomia, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão. O egresso de Biblioteconomia, ao concluir a graduação estará apto para atuar na gestão de unidades de informação, desenvolvendo atividades relacionadas à recuperação, processamento, análise e disponibilização da informação, mediante o avanço das Tecnologias Digitais da Informação. Nesses termos, o profissional bibliotecário egresso da UNIR contribuirá com o processo de desenvolvimento e integração local, regional e nacional, no contexto socioeconômico e ambiental. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BACHARELADO, 2018, p.12)

Os objetivos do Curso são, o Geral:

Disponibilizar aos acadêmicos do curso de Biblioteconomia um ensino de qualidade, tornando-os indivíduos reflexivos, com ênfase à formação e desenvolvimento profissional, com ética e criatividade visando desenvolver as competências humanas, tecnológicas, políticas e sociais, que lhes permitam atuar no mercado de trabalho e na sociedade, considerando as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BACHARELADO, 2018, p.14)

Específicos:

- a) Preparar culturalmente os profissionais para um melhor entendimento dos problemas da sociedade em que vivem, objetivando uma melhor atuação político, social e profissional;
- b) Desenvolver a formação profissional do indivíduo habilitando-o ao exercício da profissão com competência humana e tecnológica, tendo em vista uma atuação transformadora do conhecimento pragmático;
- c) Propiciar o desenvolvimento integral do indivíduo, com vista a uma atuação humanística, preparado para acompanhar os avanços no campo da Ciência da Informação e usos das tecnologias. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA BACHARELADO, 2018, p.14)

Após, a análise feita no conteúdo curricular da Universidade Federal de Rondônia, que contém 35 disciplinas obrigatórias e 32 disciplinas optativas (ver anexo G e H), foi possível perceber que a temática inclusão ainda é uma realidade um pouco distante do curso, pois apenas nas disciplinas optativas é possível encontrar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os conteúdos curriculares das três universidades, foi possível observar que a temática do ensino inclusivo ainda é pouco trabalhada no curso de biblioteconomia, não foi visto em nenhum dos conteúdos analisadas disciplinas obrigatórias que se relacionassem com a inclusão, nos três cursos foi encontrado apenas a Língua Brasileira de Sinais como uma disciplina mais presente no cotidiano do curso. Na Universidade Federal de Rondônia foi vista uma disciplina sobre o BRAILLE, mas também como uma optativa e na Universidade Federal, tem a possibilidade de implementar um currículo com duas disciplinas voltadas para a inclusão, porém ambas como optativas. No caso das duas universidades citadas já existe um avanço, mas precisamos de mais e elas precisam figurar como obrigatórias para evitar que parte dos alunos não tenham acesso a essa temática de suma importância para cumprimos a agenda de inclusão proposta pela legislação.

Historicamente, apesar de grandes avanços no que tange um ensino baseado em princípios democráticos, em especial, em uma democracia participativa, voltada para a pedagogia libertária, que dentro das regras do direito é defendido a participação igual para todos, apesar disso, ainda, em contexto do ensino superior potencializar práticas pedagógicas que realmente incluam o acadêmico com deficiência, mas também, contribua para a construção de uma proposta curricular do Curso de Biblioteconomia que venha atender as demandas e necessidades de um mercado de trabalho, sobretudo, orientado por ideias e pensamentos personificados na inclusão e no respeito às diversidades.

O trabalho de pesquisa fez se necessário, uma vez que, ao observar a lacuna existente nos cursos acadêmicos de biblioteconomia, a cerca de disciplinas que trabalhem a temática, da educação inclusiva, no do dia a dia, tal como o estágio, foi possível vivenciar situações que requeriam um estudo, para saber o que fazer e como fazer, para atender estudantes com deficiência, evitando constrangimento ou até mesmo preconceito para com estes usuários.

Dessa forma, visa analisar a importância de se ter disciplinas no curso de biblioteconomia, para uma formação mais completa do futuro profissional da área da disseminação da informação e do conhecimento, o bibliotecário. Diniz (2007, p. 829) “A deficiência é um tema extremamente delicado”. Ressaltar a importância da aprendizagem da educação inclusiva é de suma importância, para fomentar nos

docentes, a possibilidade de mostrar aos discentes as competências necessárias para torna-se um profissional da informação conhecedor das necessidades e as particularidades de seus usuários.

Nesse contexto, a pesquisa apresentou como o estudo da temática está sendo trabalhado e como pode ser aplicado na área do curso de biblioteconomia, com propósito de que tenham mais visibilidade ou até mesmo a criação de disciplinas inclusivas que ajudem os discentes a compreender como deve se trabalhar com seus usuários/ alunos PcD, e também para alunos do curso que sejam PcD possam se sentir incluídos cada vez mais na sua área de atuação.

Os cursos de biblioteconomia se encontram em sua maioria mais pautados em disciplinas práticas, o que não é um erro, mas trabalhar temas relacionados a vivência em sociedade também é importante para esse estudante em formação de um profissional da informação que necessitará está constantemente lidando com um público diversificado de usuários, os conhecimentos teóricos e práticos são importantes para que a transferência de informação ao público PcD deve-se proceder para não infringir ou discriminar uma apenas que necessita apenas de um atendimento, mas paciente possível.

A inclusão de disciplinas de educação inclusiva no currículo obrigatório pode ser considerado um avanço social ao curso, mas vale ressaltar que ainda é apenas disposta como uma disciplina optativa, logo, diversos estudantes acabarão por não realizá-la, pois é possível que os discentes deem mais visibilidade a assuntos tidos por eles como técnicos para agregar ao seu currículo acadêmico.

Dessa maneira, após apresentado a demonstração de como encontrasse o estudo da temática inclusiva, vale ressaltar a importância dos cursos de biblioteconomia em uma revisão de seus conteúdos curriculares para a contemplação de disciplinas voltadas para inclusão, destaco que não é uma afirmativa meramente sem fundamentos, pois é uma afirmativa pautada no que foi visto nos conteúdos curriculares analisados. Logo, a criação de uma disciplina de nome Inclusão Educacional, seria um ganho enriquecedor para o curso, ou a implementação da temática em disciplinas que trabalhem sobre os estudos de usuários, atendimento, ética, entre outras, disciplinas que tragam uma possibilidade de acesso a essa

temática. Embora, tenha sido identificado essa disciplina no PPC da UFPA, ele ainda não foi implementado e seguimos esperando que o faça em breve tempo.

REFERÊNCIAS

- ALBINATI, Laiza Lima Dias. **BIBLIOTECA ESCOLAR COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.** Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/283c17db-9522-403e-9ee5-162c4fa422ed/content>. Acesso em 30 de nov. de 2023.
- ALMEIDA, Maria da Conceição; DANTAS, Eugenia Maria. Edgar Morin. **Educação e complexidade: para além do pragmático, o paradigmático.** Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/10742>. Acesso em: 24 de nov. de 2023.
- ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração.** Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- ASPEC brasil. **Diferenças entre PNE e PcD.** Disponível em <https://www.aspecbrasil.org.br/2018/10/26/diferencas-entre-pne-e-pcd/>. Acesso em: 06 jan. de 2023.
- BORGES, Maria Alice Guimarães. **O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades.** In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho.* Brasília: Thesaurus, 2004. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v.3).
- BRASIL. ASPEC. **Diferenças entre PNE e PcD.** Disponível em <https://www.aspecbrasil.org.br/2018/10/26/diferencas-entre-pne-e-pcd/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.
- _____. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva* Brasília: SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2023.
- _____. Ministério da Educação. **Decreto n.º 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2023.
- _____. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2023.
- _____. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais. **Adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: SEF; SEESP, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: SEESP, 2001.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

CHIOTE, F. de. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONFERÊNCIA DE JOMTIEN – 1990. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso 05 de jan. de 2023.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: Acesso e Qualidade Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 05 de jan. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **RESOLUÇÃO CFB nº 207/2018**. Disponível em: <https://crb6.org.br/2020/wpcontent/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em 10 de jan. de 2023.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Portugal: Porto Editora, 1999.

COSTA, M. P. R.; TURCI, P. C. **Inclusão Escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire**. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina – de 08 a 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4279>. Acesso 10 de jun. de 2023.

CUNHA, M. B. da; AMARAL, S.A. do; DANTAS, E. B. **Manual de estudos de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DEMO, P. **Habilidades e competências do Século XXI**. Porto Alegre: Meditação, 2010.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiro Passos). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/>. Acesso 11 de mar. de 2023.

EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

FURIM, Mara Mone Ferreira Soares; CASTORINO, Adriano; SELUCHINES, Rosane Duarte Rosa. **Revista Humanidades e Inovação v.6, n.10 – 2019**. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/53>. Acesso em: 14 de abr. de 2023.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rabello; ALMEIDA, Maria Amélia; FILHO, José Humberto da Silva. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. V. 19, n. 1, Sorocaba, 2014.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e a sua relação com a história da humanidade**. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

HENDRIX, Lityz Ravel. 1994 - **Percepções dos alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília sobre a grade curricular, os docentes, as competências e o mercado de trabalho**. [manuscrito] / Lityz Ravel Hendrix. 107 f. disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13022/6/2015_LityzRavelHendrix.pdf. Acesso 10 de jan. de 2023.

LIMA, Aline, et al. **Inclusão no ensino superior**: uma proposta de ação em psicologia escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*. Vol. 20, n.1, São Paulo, jan./abr. 2016.

LIMA, Gleica leite da Silva; BARBOS, José Carlos Ferreira; NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli. **Educação inclusiva: garantindo o desenvolvimento de 50 políticas públicas no Brasil**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande, PB. Anais [...]. Campina Grande, PB: Realize, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60134>. Acesso em 30 de nov. de 2023.

MADRUGA, Maria Lúcia Cazarin Beserra. **Biblioteconomia e inclusão educacional**: análises de propostas curriculares. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.13, n.1, p.106-116, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86338>. Acesso em 10 de abr. de 2023.

MARTINS, A. B.; MARTINS, A. **Bibliotecários de instituições de ensino superior quebram barreiras**. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, n. 11, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/>. Acesso em 30 de nov. de 2023.

MARTINS, Lisiê Marlene da Silveira Melo; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Trajetória acadêmica de uma estudante com deficiência visual no ensino superior. **Revista Educação em Questão**. Vol. 54, n. 41, Natal, mai./ago., 2016.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto contexto - Enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4. 2020.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Gabriella Domingos de. **BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS EM BUSCA DA ACESSIBILIDADE.** Acesso em 30 de nov. de 2023.

ONU. Conferência mundial. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2023.

_____. **Convenção dos direitos da criança.** 1989. Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em: 07 de jun. de 2023.

PAULON, Simone Mainiere. **Documento Subsidiário à política de inclusão.** 2° ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA (BACHARELADO). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11pO-InbafcQPRU9VXoPoGuQe1lw9o7g8/view>. Acesso 10 de nov. de 2023.

ROSS, Paulo Ricardo. **A Crise da Educação Especial: Uma Reflexão Política e Antropológica.** Disponível em: www.inclusion.hpg.ig.com.br. Acesso em: 14 de mai. de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida.** São Paulo. Aurea: 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

TASCA, J. E. et al. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/03090591011070761>. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

TREINTA, Fernanda Tavares; FILHO, José Rodrigues Farias; SANT'ANNA, Annibal Parracho; RABELO, Lúcia Mathias. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/prod/a/9BprB4MFDXfpSJqkL4HdJCQ/>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Currículo do Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <https://fic.ufam.edu.br/biblioteconomia.html>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico Do Curso De Biblioteconomia Da Ufam**. Disponível em: <https://fic.ufam.edu.br/biblioteconomia/documentos.html>. Acesso 10 de nov. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia. Disponível em: <https://www.icsa.ufpa.br/index.php/teste-autoridade>. Acesso: 10 jan. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. Componentes curriculares do Curso de Biblioteconomia. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/home.jsf>. Acesso 10 de jan. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Curso de Biblioteconomia e Departamento Acadêmico de Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://daci.unir.br/homepage>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.





























WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

ANEXOS

**ANEXO A - Quadro das disciplinas obrigatórias da Universidade Federal do
Pará (UFPA) em vigência no ano de 2024**

DADOS DO CURRÍCULO	
Código: 2022	
Matriz Curricular: BIBLIOTECONOMIA - BELÉM - Presencial - N - BACHARELADO	
Período Letivo de Entrada em Vigor 2022 - 2	
Carga Horária Mínima: Total: 2880h Optativas: 120h Complementar: h	
Prazos em Períodos Letivo: Mínimo 8, Médio 8, Máximo 12	
Créditos por Período Letivo: Mínimo 120, Médio 300, Máximo 600	
1º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01001 - TEORIA DA COMUNICACAO E INFORMACAO - 64h	Obrigatória  
BE01002 - HISTORIA DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS - 64h	Obrigatória  
BE01003 - ELABORACAO DE TRABALHO ACADEMICO - 64h	Obrigatória  
BE01004 - TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO - 64h	Obrigatória  
BE01005 - INGLES PARA BIBLIOTECARIOS - 64h	Obrigatória  
SE05065 - MERCADOLOGIA I - 90h	Optativa  
CH Total: 410h.	
2º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01006 - LINGUAGENS DE INDEXACAO - 64h	Obrigatória  
BE01007 - TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - 64h	Obrigatória  
BE01008 - GESTAO DE UNIDADES DE INFORMACAO I - 64h	Obrigatória  
BE01009 - FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA E DA LOGICA - 64h	Obrigatória  
BE01010 - REPRESENTACAO DESCRITIVA DA INFORMACAO I - 64h	Obrigatória  
BE01012 - REPRESENTACAO TEMATICA DA INFORMACAO I - 64h	Obrigatória  
BE01040 - ATIVIDADE COMPLEMENTAR EM BIBLIOTECONOMIA I - 40h	Obrigatória  
CH Total: 424h.	
3º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01013 - REPRESENTACAO DESCRITIVA DA INFORMACAO II - 64h	Obrigatória  
BE01014 - GESTAO DE UNIDADES DE INFORMACAO II - 64h	Obrigatória  
BE01015 - PANORAMA HISTORICO DAS LITERATURAS - 64h	Obrigatória  
BE01016 - PRATICA EM REPRESENTACAO DA INFORMACAO I - 64h	Obrigatória  
BE01017 - REPRESENTACAO TEMATICA DA INFORMACAO II - 64h	Obrigatória  
CH Total: 320h.	
4º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01018 - REPRESENTACAO DESCRITIVA DA INFORMACAO III - 64h	Obrigatória  
BE01019 - FONTES DE INFORMACAO I - 64h	Obrigatória  
BE01020 - HISTORIA DA ARTE - 64h	Obrigatória  
BE01021 - PRATICA EM REPRESENTACAO DA INFORMACAO II - 64h	Obrigatória  
BE01022 - ATIVIDADE COMPLEMENTAR EM BIBLIOTECONOMIA II - 40h	Obrigatória  
CH Total: 296h.	
5º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01023 - MEDIACAO E USO DA INFORMACAO - 64h	Obrigatória  
BE01024 - ESTATISTICA APLICADA A BIBLIOTECONOMIA - 64h	Obrigatória  
BE01025 - FONTES DE INFORMACAO II - 64h	Obrigatória  
BE01026 - NORMALIZACAO DE DOCUMENTOS - 64h	Obrigatória  
BE01027 - PRATICA DE RECUPERACAO DA INFORMACAO - 64h	Obrigatória  
CH Total: 320h.	

Fonte: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=148064

6º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01028 - DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO - 64h	Obrigatória  
BE01029 - LEITURA E COMPETÊNCIA INFORMACIONAL - 64h	Obrigatória  
BE01030 - EDITORAÇÃO - 64h	Obrigatória  
BE01031 - DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES - 64h	Obrigatória  
BE01032 - PRÁTICA EM MEDIAÇÃO INFORMACIONAL - 64h	Obrigatória  
BE01033 - ATIVIDADE COMPLEMENTAR EM BIBLIOTECONOMIA III - 40h	Obrigatória  
CH Total: 360h.	
7º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01034 - ÉTICA E INFORMAÇÃO - 64h	Obrigatória  
BE01035 - PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO - 64h	Obrigatória  
BE01036 - PLANEJAMENTO DE BASES DE DADOS - 64h	Obrigatória  
BE01037 - PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA - 64h	Obrigatória  
BE01038 - PRÁTICA EM GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO - 64h	Obrigatória  
CH Total: 320h.	
8º Período	
Estrutura Curricular	Natureza
BE01011 - ATIVIDADE COMPLEMENTAR EM BIBLIOTECONOMIA IV - 40h	Obrigatória  
BE01039 - EXTENSÃO EM BIBLIOTECONOMIA - 300h	Obrigatória  
BE01045 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - 60h	Obrigatória  
CH Total: 400h.	

<< Voltar

Fonte: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=148064

ANEXO B - quadro das disciplinas optativas da Universidade Federal do Pará (UFPA) em vigência no ano de 2024

BE01041 - FONTES DE INFORMACAO TECNOLOGICA - 60h	Optativa	 
BE01042 - INFORMACAO AMBIENTAL - 60h	Optativa	 
BE01043 - INFORMATIZACAO DE BIBLIOTECA - 60h	Optativa	 
BE01044 - SEGURANCA E HIGIENE NO TRABALHO EM BIBLIOTECAS - 60h	Optativa	 
CJ01016 - INTRODUCAO AO DIREITO - 60h	Optativa	 
ED01001 - INTRODUCAO A EDUCACAO - 90h	Optativa	 
ED01029 - PSIC.DA EDUC.(EVOL.E APREND) - 90h	Optativa	 
EN05049 - INFORMATICA E SOCIEDADE - 60h	Optativa	 
FH01084 - TEORIA DO CONHECIMENTO I - 90h	Optativa	 
FH02038 - INTRODUCAO A SOCIOLOGIA - 60h	Optativa	 
FH02078 - QUESTOES SOCIOL NA AMAZONIA - 60h	Optativa	 
FH03012 - INTRODUCAO AOS ESTUDOS HISTORICOS - 60h	Optativa	 
FH03070 - ESTUDOS AMAZONICOS - 60h	Optativa	 
FH03073 - HISTORIA DO BRASIL CONTEMPORANEO - 60h	Optativa	 
FH03081 - FORM HIST E SOC DO BRASIL - 60h	Optativa	 
FH08002 - INTROD.A MET.DAS CIENC.SOCIAIS - 60h	Optativa	 
FH09005 - CULTURA BRASILEIRA - 60h	Optativa	 
HT01021 - HISTORIA DA AFRICA - 68h	Optativa	 
LA01038 - LITERATURAS DE LINGUA PORTUGUESA - 60h	Optativa	 
LA01060 - PORTUGUES INSTRUMENTAL - 60h	Optativa	 
LA03156 - TEORIA DA COMUNICACAO I - 60h	Optativa	 
LA03157 - TEORIA DA COMUNICACAO II - 60h	Optativa	 
SE03006 - INTRODUCAO A ECONOMIA - 60h	Optativa	 
SE05065 - MERCADOLOGIA I - 90h	Optativa	 
SE08028 - PRESERVACAO E RESTAURACAO DE DOCUMENTOS - 60h	Optativa	 
SE08072 - INTRODUCAO A ARQUIVOLOGIA - 60h	Optativa	 
SE08073 - BIBLIOTECAS PUBLICAS E ESPECIAIS - 60h	Optativa	 
SE08074 - DOCUMENTACAO JURIDICA - 60h	Optativa	 

Fonte: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=148064

ANEXO C - Quadro das disciplinas obrigatórias da Universidade Federal do Pará (UFPA) do conteúdo curricular que ainda será implementada no curso

Eixos Temáticos	Disciplinas
Fundamentos teóricos da Biblioteconomia	História do Livro e das Bibliotecas Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação Leitura e Competência em Informação Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação Extensão em Formação de Leitores
Organização da Informação	Análise Documental Indexação Linguagens Documentárias Alfabéticas Classificação Bibliográfica Sistema de Classificação Bibliográfica Fundamentos da Catalogação Catalogação de Recursos Informacionais Catalogação de Multimeios Extensão em Organização da Informação
Recursos e Serviços de Informação	Normalização de Documentos Fontes Gerais de Informação Fontes de Informação Bibliográficas Especializadas Mediação da Informação Serviço de Referência e Informação Estudo de Usuários Extensão em Recursos e Serviços de Informação
Gestão de Unidades e Serviços de Informação	Teoria Geral da Administração Tecnologias da Informação e Comunicação Gestão de Unidades de Informação Competências Gerenciais em Unidades de Informação Editoração Planejamento de Bases de Dados Marketing em Unidades de Informação Desenvolvimento de Coleções Extensão em Gestão de Unidades e Serviços de Informação
Cultura e Formação Geral	Inglês Instrumental Fundamentos da Filosofia e da Lógica Panorama da Literatura Universal e Brasileira História da Arte Estatística Aplicada à Biblioteconomia Ética e Informação Extensão em Ação Cultural

ANEXO D - quadro das disciplinas optativas da Universidade Federal do Pará (UFPA) do conteúdo curricular que ainda será implementada no curso

DISCIPLINA	CÓDIGO	CH
Informação e documentação jurídica	BE	60
Informação, meio ambiente e sustentabilidade	BE	60
Língua brasileira de sinais – LIBRAS	LC	60
Bibliotecas escolares	BE	60
Bibliotecas públicas e comunitárias	BE	60
Cultura afro-brasileira e africana	FH	60
Fontes de informação tecnológica	BE	60
Acessibilidade em ambientes informacionais	BE	60
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	FH	60
Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação	BE	60
Repositórios Digitais	BE	60

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia - UFPA

ANEXO E - Quadro das disciplinas obrigatórias da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

PERÍODO	CÓD.	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEOR.	PRAT.	TOTAL	
OBRIGATORIAS							
1	FEP001	PSICOLOGIA GERAL I	4	60	0	60	
1	IHB001	INTRODUÇÃO A BIBLIOTECONOMIA	4	60		60	
1	IHB002	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	3	45		45	
1	IHF011	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	5	75		75	
1	IHP184	LÍNGUA PORTUGUESA I	4	60		60	
1	IHS011	SOCIOLOGIA I	4	60		60	
2	FEF023	PSICOLOGIA SOCIAL	4	60		60	FEP001 BLOCO 1
2	IEC111	INFORMÁTICA INSTRUMENTAL	3	30	30	60	
2	IHB009	ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO	4	60		60	
2	IHB091	NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA	2	30		30	
2	IHB115	INTRODUÇÃO A COMUNICAÇÃO	3	45		45	
2	IHF045	LÓGICA I	4	60		60	
3	IEC048	GERAÇÃO E USO DE BANCO DE DADOS	3	45		45	IEC111 BLOCO 1
3	IHB004	HISTÓRIA DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO	4	60		60	
3	IHB007	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	4	60		60	
3	IHB008	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS I	5	60	30	90	
3	IHE011	INGLÊS I	5	75		75	
4	IHB010	ANÁLISE DA INFORMAÇÃO	4	30	60	90	
4	IHB020	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS II	3	15	60	75	IHB008 BLOCO 1
4	IHB088	O & M	4	60		60	
4	IHB095	ESTÁGIO I	2		60	60	
4	IHE021	INGLÊS II	5	75		75	IHE011 BLOCO 1
5	IHB003	INFORMAÇÃO E CIDADANIA	3	45		45	
5	IHB085	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	3	30	30	60	IEC111 BLOCO 1
5	IHB086	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA	5	30	90	120	
5	IHB087	PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	4	60		60	
5	IHB096	ESTÁGIO II	2		60	60	
6	IEE091	COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	4	60		60	
6	IHB089	ESTUDO DO USUÁRIO	3	30	30	60	
6	IHB090	FONTES DE INFORMAÇÃO	3	30	30	60	
6	IHB092	METODOLOGIA DA PESQUISA I	4	60		60	
6	IHB097	ESTÁGIO III	2		60	60	
7	IHB093	MARKETING EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	3	45		45	
7	IHB094	SERVIÇO DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO	3	30	30	60	
7	IHB098	ESTÁGIO IV	2		60	60	
7	IHB102	METODOLOGIA DA PESQUISA II	3	30	30	60	IHB092 BLOCO 1
7	IHB147	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	4	45	30	75	
8	IHB176	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	3		90	90	IHB102 BLOCO 1
	ENADE01	ENADE - INGRESSANTE					
	ENADE02	ENADE - CONCLUINTE					
TOTAL			134	1620	780	2400	

Fonte: <https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares>

ANEXO F- quadro das disciplinas optativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

PERÍODO	CÓD.	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEOR.	PRAT.	TOTAL	
OPTATIVAS							
	FEF011	PSICOLOGIA GERAL I	4	60		60	
	IHB006	UNIDADES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	4	60		60	
	IHB100	INFORMAÇÃO E SOCIEDADE	1	15		15	
	IHB101	EMPREENDEDORISMO	3	45		45	
	IHB103	SEMINÁRIO DE PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA	1	15		15	
	IHB104	EDITORAÇÃO	2	30		30	
	IHB105	PLANEJAMENTO FÍSICO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	2	30		30	
	IHB106	LEITURA E BIBLIOTECA	3	45		45	
	IHB107	NORMALIZAÇÃO DE TRABALHO ACADÊMICOS	2	30		30	
	IHB169	ARQUIVISTICA	4	60		60	
	IHB177	COMPÊNCIA EM INFORMAÇÃO INSTRUMENTAL	3	45	0	45	
	IHP123	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS B	4	60		60	
TOTAL			33	495	0	495	

Fonte: <https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares>

ANEXO G - quadro das disciplinas obrigatórias Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Disciplina	Carga-horária	Prática	Teórica
1° SEMESTRE			
Introdução ao trabalho científico	60		60
Produção textual acadêmica	60		60
Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação	80		80
Sociologia	60		60
Leitura, Escrita e Cultura	60		60
2° SEMESTRE			
Editoração	60	20	40
Normatização documentária	60		60
Tecnologias digitais da informação	80	30	50
Filosofia	60		60
Teorias da Informação e Comunicação	60		60
3° SEMESTRE			
Fontes de Informação e serviços de referência	60		60
Teoria da Organização do Conhecimento	80		80
Cultura e mídia	60		60
Representação descritiva da Informação I	80	30	50
Gestão para unidades de informação	60		60
4° SEMESTRE			
Estudos de comunidades e usuários	80		80
Representação descritiva da Informação II	80	30	50
Linguagens Documentárias I: CDD	80	30	50
Representação temática da Informação: Indexação e Resumos	80	30	50

Fontes de informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	60	40	20
5º SEMESTRE			
Linguagens Documentárias II: CDU	80	30	50
Gestão de coleções e do patrimônio em unidades de informação	60		60
Comunicação científica e métricas em informação	60		60
Metodologia da pesquisa científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação	80		80
Ação Cultural em unidades de informação	60		60
6º SEMESTRE			
Planejamento de Unidades de informação	60		60
Optativa	40	-	-
Optativa	40	-	-
Linguagens Documentárias III: Tesouros e Ontologias	80	30	50
Estágio supervisionado I	120	120	
7º SEMESTRE			
Optativa	40	-	-
Optativa	40	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	80	60	20
Estágio supervisionado II	120	120	
8º SEMESTRE			
Trabalho de conclusão de curso II	80	80	
Atividades complementares	120	-	-

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia Bacharelado

**ANEXO H - quadro das disciplinas optativas Universidade Federal de Rondônia
(UNIR)**

Disciplina	Carga-horária
Arquitetura da informação	40
Bibliometria	40
Biblioteca escolar	40
Bibliotecas digitais e repositórios	40
Biblioterapia	40
Brinquedoteca	40
Ciência da Informação e Literatura	40
Ciência, tecnologia e sociedade no âmbito da Ciência da Informação	40
Comunicação e produção científica	40
Configuração de ambiente web para Unidades de Informação	40
Discurso e leitura de imagens	40
Discurso, História e Memória	40
Estatística Aplicada a Ciência da Informação	40
Fundamentos em Arquivologia	40
Gestão da informação e do conhecimento	40
História das bibliotecas	40
Informação para o Desenvolvimento Sustentável	40
Informação para Organizações	40
Informática aplicada a Biblioteconomia e Ciência da Informação	40
Introdução a Museologia	40
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	80
Linguística documentária	40
Marketing de produtos e serviços de informação	40
Recuperação e disseminação da informação	40

Semiótica da Informação	40
-------------------------	----